

Resenhas

Indústria Cultural, Informação e Capitalismo

César Bolaño

São Paulo: Hucitec/Pólis, 2000

No âmbito da tradição crítica ligada à economia política da cultura e da comunicação, o autor se propõe a estudar as indústrias culturais no capitalismo monopolista. É preciso ressaltar, primeiramente, a importância crescente das atividades ligadas à cultura, à comunicação e à informação; tal desenvolvimento caracteriza o capitalismo contemporâneo. Por outro lado, conforme apontam boa parte dos relatórios oficiais, esses setores se tornaram setores-chaves no que diz respeito ao processo de crescimento.

Assim, hoje, não é mais possível limitar a análise da cultura e das produções intelectuais ao nível da superestrutura, ou seja, considerar, apenas, a dimensão ligada aos aspectos ideológicos, como o fazia a sociologia até a metade dos anos 70. A cultura e a comunicação apresentam, hoje, uma tripla dimensão: i) como produções simbólicas, elas se relacionam com as dimensões superestruturais ligadas à Estética e à Ideologia; ii) como setor econômico no qual os capitalistas investem, possuem um infra-estrutura ligada às especificidades desta economia; iii) finalmente, o sistema cultural e comunicacional cumpre funções sociológicas e econômicas, no seio do sistema global.

É a partir dessas três dimensões que o autor vai analisar as indústrias culturais no capitalismo. Tal abordagem implica em elaborar uma reflexão a respeito do método e do objeto da ciência econômica: no âmbito de uma abordagem histórica e marxista, o autor parte do princípio segundo o qual, contrariamente à análise do *mainstream*, o mercado não pode ser concebido como uma instância abstrata, sem fundamentos históricos, socio-

lógicos e simbólicos. A reprodução do sistema, nas suas diferentes fases, implica na sua reprodução material e simbólica; nesta perspectiva, serão analisadas as indústrias culturais.

A *démarche* geral adotada por César Bolaño é a seguinte: ele deriva as formas que a informação pode adquirir no capitalismo monopolista: a forma propaganda, que se relaciona diretamente com as funções ideológicas da cultura e com a constituição do Estado Moderno, que precisa unificar, econômica e culturalmente, determinado espaço e constituir assim uma nação; e a forma publicidade, que representa a mercantilização da informação a partir da venda de audiência (a mercadoria “público”) realizada pelos meios de comunicação, principalmente as redes de televisão, os jornais e as rádios. A função publicidade, que corresponde à fase monopolista do capitalismo, cumpre, obviamente, uma função econômica: ela permite implementar a realização das mercadorias produzidas no setor produtivo e, mais especificamente, contribui para aumentar a taxa de lucro, aumentando o número de rotações do capital.

As indústrias culturais são analisadas a partir desta dupla perspectiva: uma ligada às suas funções ideológicas e a outra à sua dimensão econômica. Por esta razão, a abordagem é intrinsecamente interdisciplinar; não obstante, a problemática geral não deixa de ser econômica, quer em relação às funções macroeconômicas assumidas por essas indústrias, quer no que diz respeito às especificidades da economia deste setor. Por outro lado, esta interdisciplinaridade se justifica pelo fato, hoje reconhecido pela maior parte dos trabalhos de an-

tropologia, história e sociologia econômica, de que o funcionamento concreto dos mercados depende diretamente de certas mediações simbólicas sem as quais ele não existe. É justamente esta função de mediação que a indústria cultural está cumprindo.

Num segundo momento, Bolaño faz uma revisão bibliográfica crítica dos diferentes trabalhos realizados em termos de economia política da cultura e da comunicação: uma atenção particular é dada à escola francesa, e as teses de autores como Miège, Salaün, Flichy, Beaud, Zallo e Herscovici, são amplamente estudadas. Três temas relevantes, característicos das especificidades desta economia da cultura e da comunicação, são aqui discutidos com profundidade: i) as especificidades econômicas que permitem explicar por que a valorização dos produtos culturais é, intrinsecamente, aleatória; ii) as modalidades particulares de inserção do trabalho artístico/intelectual nos processos de produção semi-industrializados dos produtos e serviços culturais; iii) as diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital.

Esta análise ressalta as dificuldades de explicar a economia deste tipo de produção a partir dos instrumentos construídos em função de uma produção industrial; a este respeito, nem é preciso lembrar a posição de Adam Smith no que concerne aos cantores, comediantes etc., nem a de Ricardo a respeito dos bens não reprodutíveis. O produto artístico caracteriza-se pelo fato de que as receitas que ele gera não têm relação nenhuma com a quantidade de trabalho necessária à sua produção. Em função da teoria marxista do valor, duas questões são colocadas:

i) em que medida, para este tipo de produção, está havendo um processo de redução do trabalho concreto em trabalho abstrato, ou seja, socialmente necessário? Isto ressalta o fato de que o capitalismo contemporâneo caracteriza-se por um duplo movimento: se, por um lado, existe uma tendência à homogeneização (abstração) do trabalho intelectual, por outro, há também uma diferenciação (concretização) do trabalho utilizado nos processos industriais, no âmbito de uma “economia do signo”;

ii) a partir dessas particularidades, como é possível explicar a aleatoriedade da valorização econômica dessas produções?; esta se dá na esfe-

ra da produção ou na da realização? Apesar de existirem, no âmbito de uma abordagem marxiana, outros elementos de resposta que assimilam este tipo de produtos ao capital fictício (produtos que têm preço mas que não têm valor, pelo fato de não serem o produto de trabalho social), o autor explica esta aleatoriedade a partir das condições de recepção, ou seja, de realização desses produtos.

No último capítulo são analisadas as modalidades concretas da concorrência nos mercados culturais. Para isto, Bolaño ressalta os limites da análise neoclássica que vê na televisão uma forma particular de monopólio natural, devido à invisibilidade do serviço oferecido; da mesma maneira, descarta um estudo da concorrência baseada sobre o estudo das “imperfeições” do mercado. No âmbito de uma perspectiva ligada à “industrial organization” e ao conceito de barreiras à entrada, Bolaño estuda as modalidades concretas da concorrência nesses mercados: uma utilização original do conceito de “padrão técnico-estético” (conceito que foi originalmente trabalhado por Dominique Leroy e Alain Herscovici) lhe permite fazer tal análise.

Finalmente, este livro traz contribuições importantes no que diz respeito à análise econômica da cultura e da comunicação, isto pelas seguintes razões: fornece elementos que permitem ir além dos resultados das análises neoclássicas; salienta as especificidades desta economia, suas relações com o conjunto da formação social e o papel simbólico e econômico que ela cumpre no seio desta formação social. Ressalta os limites de certas análises de cunho liberal e “idealistas”, sejam elas sociológicas, antropológicas ou econômicas, que estudam essas indústrias e essas novas tecnologias da informação e da comunicação a partir do pressuposto (contestável) segundo o qual existiria uma lógica puramente econômica ou tecnológica, independentemente da formação social e do período estudados.

Alain Herscovici

Doutor em Economia pelas Universidades de Paris I Panthéon-Sorbonne e de Amiens, coordenador do Grupo de Estudo em Macroeconomia (GREM) do Departamento de Economia da UFES.

O que é um “manual de Economia”? É o produto de um trabalho intelectual feito com as mãos? (No caso, a cinco mãos, ou melhor, a dez, considerando que todos os autores digitam.) É um livro que contém noções essenciais acerca de uma parte da ciência econômica, que são colocadas ao fácil alcance das mãos do leitor? Não é tão simples dizer o que é o epítome... É difícil tratar o complexo com simples palavras.

Para que serve um manual? Ah, isso é sabido. De início, quando novo, especialmente se for bem grosso e caro, com autoria de algum estrangeiro que vive aparecendo na mídia, serve para dar status a quem o carrega pelos corredores das faculdades. Revela uma firme determinação em ler até 900 páginas no novo semestre letivo! Logo, cansado de carregar tanto peso (da responsabilidade), o estudante o coloca no papel de peso de papel. Inerte, o manual cumpre a grave missão de segurar as cópias das anotações em aula do “c.d.f.” da turma. Se o estudante tirar algum proveito do curso, tratará de passá-lo adiante, vendendo-o em estado “zero km” para algum calouro incauto.

Os autores de manuais são muitas vezes injustiçados. Até mesmo pelos próprios colegas. Por exemplo, no prefácio do livro resenhado, seus autores afirmam que “são poucos os manuais existentes no Brasil nesta área”. Têm razão, considerando que há 187 cursos de Economia no país com cerca de 9.393 estudantes por ano e, principalmente, desconsiderando a indústria da copigrafia. Na maior livraria, encontramos dez manuais. Com título de “Economia Monetária” são quatro: do Lopes e Rossetti, cuja primeira edição é de fevereiro de 1980, do Santi, do Hillbrecht, e do Berchielli. Com títulos próximos, há o de Gudin (o decano), o de Mayer, Duesenberry e Aliber, o de Marinho e o de Galbraith. Com o título de “Economia Monetária e Financeira” tinha o meu, editado dois anos antes pela MAKRON Books, e agora tem também o dos meus colegas do Grupo da Moeda e do Sistema Financeiro, no IE-UFRJ. Os subtítulos os distinguem: *Uma Abordagem Pluralista* tem o meu, *Teoria e Política* (típico nas edições da Campus) tem o deles.

Entretanto, eles sentiram a necessidade de argumentar que “os livros-texto disponíveis no mercado brasileiro (...) sofrem com algumas lacunas que, em nossa opinião, criavam o espaço para uma nova iniciativa nesta área”. A primeira lacuna apon-

tada diz respeito à ausência das instituições financeiras brasileiras em manuais traduzidos do exterior. Essa crítica só pode ser dirigida ao caso do livro de Mayer, Duesenberry e Aliber. Aliás, ele padece também de uma má revisão técnica. A outra crítica dirigida a seus concorrentes é que “o ângulo privilegiado de abordagem da questão monetária deveria ser colocado através da chamada restrição orçamentária do governo”. Na visão deles, fiéis pós-keynesianos fundamentalistas, “o ângulo privilegiado deve ser a natureza da moeda como uma forma de riqueza”. Não creio que essa distinção enquadre todos os outros livros-texto disponíveis no mercado brasileiro.

A terceira e última “lacuna” apontada nos outros manuais refere-se ao fato de tratarem da operação de “economias fechadas”. Também aí acho que não foram felizes na crítica. A “abertura econômica” distinta que propuseram restringiu-se, efetivamente, ao último capítulo. Como eles mesmos afirmam na página 429, a economia fechada foi “estudada em outros [21] capítulos”. Somente no capítulo 22, estudaram as relações entre o mercado monetário e o cambial — e, especificamente, entre a determinação da taxa de juros e de câmbio — sob diferentes arranjos institucionais, expondo a política monetária de acordo com o modelo Mundell-Fleming. Reconhecem, no entanto, que “o modelo Mundell-Fleming é apresentado em praticamente todos os manuais de macroeconomia e economia internacional” (p. 454). Assim, não consegui ver o motivo para tanto estardalhaço no prefácio. Mais humilde foi Hicks. Quando questionado por que os grandes autores da teoria monetária não contemplaram uma economia aberta, ele simplesmente respondeu que foi porque eles focalizaram uma economia fechada em escala planetária...

Não sendo essas as verdadeiras distinções deste em relação a outros manuais disponíveis no mercado editorial brasileiro, o que o distingue? Creio que é o próprio mérito dos autores. São brilhantes pesquisadores teóricos, dominando perfeitamente a matéria abstrata que tratam. Rigorosos, didáticos, atualizados, a formação e a dedicação profissional os credenciam “para uma iniciativa nesta área”, sem maiores justificativas. Afinal, quase todas universidades que se destacam têm autores entre seus professores. Eles não só têm o direito como a obrigação de compartilhar seus conhecimentos com seus

pares e estudantes. Quase todos são professores de universidades públicas (UFRJ, UFF e UERJ) e recebem bolsas para seus mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos, no Brasil e no exterior.

Mas o autor de uma resenha não pode apenas demonstrar o orgulho de ver seus colegas brasileiros produzindo uma obra de fôlego. Ele tem o dever de expor também a seus leitores o que o incomodou em sua leitura. Evidentemente, isso não retira em absoluto o mérito do trabalho.

Em primeiro lugar, os autores teriam todas as condições de dar maior originalidade ao livro. Eles fazem tudo certinho, igual a qualquer manual. Estão lá os pequenos tópicos, os quadros com balancetes estilizados, os boxes, as representações gráficas, as formalizações, o resumo final, os termos-chave, as questões para discussão, a bibliografia comentada, tudo que se tornou convencional em manuais. Aparentemente, só faltou a lista de endereços para pesquisa na Internet...

A gente vai lendo-o e reconhecendo tudo. É tudo muito conhecido. É, afinal de contas, muito semelhante aos outros. A gente vai buscando o posicionamento pessoal dos autores nas polêmicas expostas, mas não encontra nada além da elegância acadêmica. Aparentam o tempo todo uma imparcialidade quanto ao objeto científico, quase uma assepsia quanto às ideologias. Parece que, segundo eles, todos os autores antagonísticos têm razão! Ninguém recebe uma crítica contundente. Todos vão tendo suas teorias expostas, sem nenhuma consideração importuna, com total neutralidade.

Pode-se argumentar que pluralismo é isso. Ser inteiramente tolerante com posições adversárias, não fazendo nenhuma restrição. Não creio. Apresentar com rigor e honestidade intelectual teorias que você não adota não significa isentá-las de críticas abertas. Mesmo porque não são somente “teorias científicas” inoperantes na realidade. São sustentáculos de uma política econômica que atinge muitas vidas, afeta a sociedade.

Parece que o objetivo do manual seria somente apresentar o que já é conhecido entre os profissionais, para os que ainda não conhecem. Também não acho que deva ser só isso. Aproveitando a (rara) oportunidade de uma grande editora publicar uma obra teórica de autores brasileiros, eles deveriam dizer “a que vieram”, isto é, expor claramente qual é sua contribuição específica nessa área. Não deveriam ficar só expondo as teorias dos outros, quase todos estrangeiros.

Assim, os autores brasileiros ficam padecendo de um complexo de inferioridade em relação aos do “Primeiro Mundo”. Nas bibliografias comentadas, ao final de cada um dos 22 capítulos, só

aparece a obra de um brasileiro, além dos outros livros dos próprios autores — o livro publicado no exterior pelo F. C. Carvalho (*Mr. Keynes and the Post Keynesians*) e o livro organizado por J. Sicsú, L. F. de Paula, G. T. Lima (*Macroeconomia Moderna*). É a tese de doutoramento de Marcos Torres (*Operacionalidade da Política Monetária no Brasil*), defendida na Unicamp. Afinal, os únicos capítulos onde aparecem as instituições brasileiras — o sétimo e o oitavo — foram, reconhecidamente, baseados nessa tese. Marcos Torres, economista do Banco Central do Brasil, foi o autor do capítulo sobre esse mesmo tema em meu livro.

Os autores apresentam muita pesquisa teórica ou internacional. Mas fica faltando, no livro, a apresentação de resultados de pesquisa empírica sobre o sistema financeiro brasileiro. O quadro 16.4, com três páginas, é muito insuficiente para diferenciá-lo em relação aos “manuais estrangeiros traduzidos”... Por exemplo, não há nada sobre a crise, a concentração e a desnacionalização bancária brasileira.

A impressão que fica é que este manual poderia ser perfeitamente traduzido para o inglês sem maiores adaptações, a não ser cortando algumas poucas coisas referentes ao nosso “exotismo econômico”. Os artigos citados são todos estrangeiros. Os autores estão perfeitamente à vontade com o debate teórico internacional. Entretanto, não se posicionam em debates relevantes na cena nacional, por exemplo, quanto à independência do Banco Central do Brasil. Também não entendi a ausência de referência às teorias brasileiras de inflação. Corre o risco o leitor estudante de deduzir que a única teoria de inflação existente é a derivada da Teoria Quantitativa da Moeda.

Outra lacuna que não compreendi foi a do Minsky, a meu ver o autor pós-keynesiano de contribuição mais original, o grande “teórico dos passivos”. Nisso, ele superou o próprio Keynes, que não tratou adequadamente de uma economia de endividamento. Entretanto, a hipótese da instabilidade financeira não aparece nesse livro de autores assumidamente pós-keynesianos. Por que não divulgá-la? Acho que falta aos outros pós-keynesianos justamente seguir seu exemplo: tentar superar a mera reprodução das “idéias originais” de Keynes. Fazer o que Albert Hirschman denominou de auto-subversão. Questionar as próprias idéias.

A controvérsia entre opiniões divergentes é fator de progresso intelectual. Ela não deve ser escamoteada.

Fernando Nogueira da Costa

Professor Associado do IE-UNICAMP, 49.
Coordenador da Área de Economia da FAPESP.

Contabilidade Social, o Novo Sistema de Contas Nacionais do Brasil

Carmem Aparecida Feijó *et al.*

Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001

A Nova Contabilidade Social

Marcio Braga e Leda Paulani

São Paulo: Editora Saraiva, 2001

A Nova Contabilidade Social entre dois livros

Numa resenha apresenta-se normalmente apenas a exposição e avaliação de um livro. Ocorre que professores e pesquisadores de Contabilidade Social sentiram-se motivados a ofertar novos livros-texto frente à nova metodologia de sistematização apresentada pelas Nações Unidas em 1993 e adotada pelo IBGE a partir do mesmo momento. Dois livros se encaixaram dentro desta visão, motivando assim uma resenha conjunta: *Contabilidade Social, o Novo Sistema de Contas Nacionais do Brasil (CS)*, de Feijó, Ramos, Young, Lima e Galvão, da Editora Campus, e *A Nova Contabilidade Social (NCS)*, de Braga e Paulani, da Editora Saraiva.

Para não realizarmos um trabalho isolado de avaliação de cada livro dentro desta resenha e para ajudarmos na escolha de um dos livros por parte dos usuários segundo seus objetivos, estabeleceremos uma visão comparativa dos mesmos. Primeiro apresentaremos um comentário sobre as similaridades e diferenças gerais de ambos os livros para depois entrarmos nos capítulos, dentro da mesma finalidade.

A divisão interna dos capítulos não apresenta muita diferença em ambos os livros. Ressalta-se apenas a busca constante de ambos em facilitar a aprendizagem sobre o assunto a ser tratado. A estrutura é a seguinte: exposição do assunto, destaque para conceitos-chave, questões para sedimentar o conhecimento e referência bibliográfica para os que desejarem expandir o seu conhecimento sobre o que foi abordado.

Diferenças gerais existem e devem ser mencionadas. No CS, em temas similares aos apresentados no NCS, a profundidade no desenvolvimento é maior, embora, em certos momentos, o conjunto de equações — as restrições contábeis — dificultem a leitura pela forma escolhida na exposição. Deixou-se antes do capítulo 1 uma lista de definição das variáveis utilizadas para cada capítulo, diga-se de passagem, um número excessivo, que entre a ida e vinda do capítulo para a lista de va-

riáveis trunca a seqüência da leitura. Talvez, se as definições fossem apresentadas no próprio capítulo, este problema deixaria de existir. Este recurso didático, embora com a intenção de ajudar, trunca a leitura dado o excessivo número de definições. Outra diferença importante entre os livros é que ao final de cada capítulo do NCS existe um conjunto de endereços eletrônicos que ajudam o leitor na busca de dados disponíveis pela *internet*. Muito bom para quem deseja ampliar sua pesquisa, principalmente na parte empírica. Em alguns dos sites existe a possibilidade de se baixar a base de dados para aproximar o aprendizado de experiências reais, com que todo pesquisador, cedo ou tarde, acaba se defrontando.

Vejamos as diferenças de conteúdo nos capítulos. Por mais incrível que possa parecer, ambos os livros possuem nove capítulos, embora os mesmos tenham escolha de ordenação dos assuntos um pouco diferente. Passemos a elas.

No primeiro capítulo, ambos destacaram a importância da macroeconomia keynesiana no surgimento das Contas Nacionais, as identidades básicas e a base da sua mensuração: o fluxo monetário e circular da renda. Embora o livro de CS apresente uma discussão sobre o desenvolvimento sustentável e o índice de desenvolvimento humano (IDH) no anexo do primeiro capítulo, o livro da NCS apresenta a mesma discussão apenas no último capítulo, reservado à apresentação de Indicadores Sociais.

No segundo capítulo de ambos, começam propriamente as diferenças no assunto a ser tratado. No livro da NCS mostra-se a antiga forma de apresentação das Contas Nacionais pelas cinco grandes contas a partir do método das partidas dobradas: Produção, Apropriação, Capital, Governo e Contas Externas (“Contas nacionais: estrutura básica”). Bem ao estilo do apresentado no livro de Macroeconomia de Simonsen & Cysne [1996] da Editora Campus. No livro CS, os autores mencionam esta apresentação antiga em vários pontos de seu segundo capítulo mas não a apre-

sentam tão detalhadamente. Optam por entrar direto na discussão da nova mensuração das Contas Nacionais (“O novo sistema de contas nacionais do Brasil: as contas econômicas integradas e as tabelas de recursos e usos”) com uma aplicação para o ano de 1995. Para quem deseja apresentar em aula ou conhecer o velho sistema de Contas Nacionais, esta é uma dica importante.

Voltando ainda ao segundo capítulo da NCS, no anexo é apresentada a matriz de insumo-produto. Didático, com um exemplo, mas nada parecido, por exemplo, com o que se apresenta no terceiro capítulo da CS (“O modelo de insumo-produto”). Aliás, existe na seqüência de capítulos deste livro — do terceiro ao quinto capítulo — uma exposição muito profunda da matriz de insumo-produto, do cálculo efetivo dos coeficientes técnicos — o *efetivo* vem da discussão da possibilidade de se obter os coeficientes na prática — e uma aplicação muito bem-feita desta matriz. A quem deseja enfatizar sua leitura e aprendizado no assunto, fica registrada a menção.

Antes de falarmos do quarto capítulo da NCS, que expõe a nova Contabilidade Social, é importante mencionar que o terceiro capítulo desta mesma obra é dedicado a problemas de mensuração nas Contas Nacionais (“Contas nacionais: problemas de mensuração”): a diferença entre real e nominal (importante separação em momentos de elevada inflação), economia informal e questões ambientais (mensuração de externalidades). Abrindo um parêntese às externalidades, o livro da CS dedica seu último capítulo às contas satélites que necessitam ser desenvolvidas para se tratar desta e de outras questões (“Renda, recursos naturais e contabilidade nacional”). Existe uma bela exposição sobre as Contas Ambientais, inclusive com o acompanhamento dos dados para a economia brasileira, uma boa alternativa para quem deseja conhecer um pouco melhor o tratamento desta questão.

Voltemos ao quarto capítulo da NCS, onde o novo Sistema de Contas Nacionais (“As contas nacionais no Brasil”) é apresentado. Comparando-

o com o segundo capítulo da CS, a NCS apresenta um forte componente didático que contrasta com a profundidade de discussão do primeiro livro, já ressaltada anteriormente com uma diferenciação básica no conteúdo dos livros.

Balanço de Pagamentos e Sistema Monetário são temas tratados nos dois livros. Em ambos, o Balanço de Pagamentos é apresentado em um capítulo apenas; já o Sistema Monetário, o NCS trabalha em dois capítulos (“A moeda: importância e funções” e “O Sistema monetário”), enquanto o CS dedica apenas um capítulo ao assunto (“Contas monetárias e financeiras”).

A NCS utiliza um dos dois capítulos para destacar a importância da moeda. Basicamente uma parte do que se veria normalmente num livro de Economia Monetária. Se o seu assunto for exclusivamente Contas Nacionais, o sexto capítulo (“O sistema monetário”), onde este assunto é tratado, seria plenamente dispensável.

Números-índice na CS é um capítulo com uma discussão muito abrangente (nome do capítulo idêntico ao assunto). Na NCS, este é um assunto tratado rapidamente no apêndice do capítulo terceiro. Acho necessário em Contabilidade Social uma boa discussão em números-índice.

Da leitura mais apurada que fizemos entre os dois livros, não nos parece que se possa descartar um dos livros em detrimento do outro. O que existe, e é isto que procuramos destacar, são algumas opções que podem agradar um leitor e/ou pesquisador de acordo com o enfoque ou assunto que este julgar relevante. A escolha por um dos livros depende desta opção. Os erros que porventura se possam encontrar foram pequenos no conjunto valioso das obras. Espero que esta resenha tenha ajudado a apresentar estas duas novas opções. Boa leitura.

Paulo Roberto Arvate

Escola de Administração de Empresas da
Fundação Getúlio Vargas/São Paulo, Pontifícia
Universidade Católica/São Paulo